



Senadores pedem 109 mudanças no projeto do novo Código Penal

Eunício Oliveira, presidente da comissão especial, defende a redução da maioria: "Aos 16, o cidadão é um homem formado"



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Taques, relator da proposta, pediu aos colegas que levem em conta as opiniões da sociedade detectadas pelo DataSenado; 89% dos entrevistados, por exemplo, disseram rejeitar liberação de drogas

Até o momento, os senadores apresentaram 109 emendas ao projeto de lei, elaborado por uma comissão de juristas, que reforma o Código Penal. Tomás Correia, por exemplo, pediu a supressão do artigo que dá tratamento mais liberal ao consumo de drogas. Outros senadores têm

a mesma visão. Tocando em outro ponto polêmico, Magno Malta disse que não é preciso transformar a discriminação de homossexuais (homofobia) num tipo penal específico: "Qualquer tipo de discriminação já é crime". O prazo para a apresentação de emendas foi prorrogado para 5 de novembro. **3**

Para psicanalista, ascensão social deve ir além do consumo **2**

Souza quer ajuda rápida a vítimas de enchentes no Paraná **4**

Cidinho elogia incentivo aos estados para exportações **2**

Governo deve agir para evitar morte de índios, diz Rollemberg

Guaranis-caiúas avisaram que não acatarão a ordem judicial de deixar uma fazenda em Mato Grosso do Sul. Disseram que querem morrer no local. Para Rodrigo Rollemberg, Ministério da Justiça precisa agir rápido. **4**

Divulgação

José Sarney (D) discursa na abertura do 8º Fórum Parlamentar Ibero-Americano, na Espanha



Constituição de Cádiz influenciou América Latina, afirma Sarney

O presidente do Senado discursou na abertura de fórum de parlamentares na Espanha e lembrou a influência do primeiro documento constitucional moderno da Península Ibérica sobre os movimentos de independência na América e sobre a consolidação da monarquia brasileira. **2**



Wilson Dias/Abi

Índio enterra cruzes diante do Congresso: protesto denuncia onda de violência contra guaranis-caiúas de Mato Grosso do Sul

Sarney destaca importância da Constituição de Cádiz

Ao discursar na abertura de evento na Espanha, presidente do Senado lembra influência do texto sobre os movimentos de independência na América e sobre a consolidação da monarquia brasileira

EM DISCURSO NA abertura do 8º Fórum Parlamentar Ibero-Americano, ontem, em Cádiz, na Espanha, o presidente do Senado, José Sarney, reafirmou a importância da Constituição de Cádiz como um marco na história constitucional do Brasil e nos movimentos de independência da América Latina. Sarney representa o Congresso Nacional no evento, que este ano comemora os 200 anos do documento.

— A Constituição de Cádiz foi uma força motora nos movimentos de independência americana que começavam a se manifestar nos vice-reinos e nas capitanias, enquanto suas ideias liberais impregnaram o pensamento e tornaram-se centrais no constitucionalismo que se seguiria — disse Sarney.

Conhecida como La Pepa, por ter sido promulgada no dia de São José (Pepe é apelido de

José em espanhol), a Constituição de Cádiz é considerada o primeiro documento constitucional moderno aprovado na Península Ibérica. Inspirada nas ideias liberais da Revolução Francesa de 1789, a carta constitucional vigorou por dois anos a partir de 19 de março de 1812.

No Brasil, chegou a vigorar como Constituição por 24 horas, em 1821, quando d. João VI ainda decidia se voltaria ou não a Portugal, após a queda de Napoleão. A influência do texto também sobre a Constituição brasileira de 1824 foi destacada por Sarney.

— A Constituição de 1824 nos deu 67 anos de um regime que se fez parlamentarista. O Brasil se consolidou. E boa parte foi consequência direta de La Pepa — destacou o presidente do Senado, enfatizando a fórmula de monarquia liberal estabelecida no documento.

Entre as ideias inovadoras do texto, Sarney assinalou as noções de separação dos Poderes e a liberdade de expressão.

— Quando falamos em separação dos Poderes, em representação popular, em garantias individuais, como a de não ser preso sem ordem judicial, a proibição de tortura e confisco de bens, a inalienabilidade da casa própria, a liberdade de expressão, e na própria noção de soberania, estamos, mesmo sem saber, repetindo os homens que, aqui, no dia 19 de março de 1812, proclamaram ao mundo a Constituição das Liberdades — afirmou.

O fórum, que vai até amanhã, integra programa de atividades conjuntas promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e pelo Centro de Estudos Brasileiros de Salamanca.

Cidinho Santos elogia edição de medida provisória que incentiva exportações

Cidinho Santos (PR-MT) saudou ontem a edição da medida provisória que destina R\$ 1,95 bilhão aos estados, Distrito Federal e municípios para incentivar as exportações.

O senador explicou que Mato Grosso receberá 12% dos recursos (cerca de R\$ 230 milhões), sendo três quartos para o estado e o restante para seus 141 municípios.

Duas emendas à matéria (MP 585/12) serão apresentadas por Cidinho, como forma de compensar os estados pelas

perdas relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que totalizam R\$ 1,5 bi, e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás e álcool etílico.

O senador disse que, na próxima semana, deverá ser instalada a comissão mista do Congresso encarregada de apreciar a MP. Segundo ele, a medida foi editada em um “bom momento”, tendo em vista a crise



Waldemir Brito/Agência Senado

Para o senador, MP veio em boa hora em vista da crise dos estados

financeira dos estados.

No mesmo discurso, Cidinho disse que os nove vetos da presidente Dilma Rousseff à proposta de mudanças na Lei 12.727/12 (Código Florestal) são “equilibrados”.

MP libera R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios

A medida provisória que libera R\$ 1,95 bilhão para programas de exportação de estados e municípios foi publicada ontem e será agora examinada por comissão mista encarregada de emitir parecer, antes de ser apreciada pelos

plenários das duas Casas do Congresso.

Pela MP 585/12, o rateio entre os municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação no produto da arrecadação do ICMS de seus respectivos estados,

aplicados no exercício de 2012. Minas Gerais, Mato Grosso e Pará ficaram com os maiores índices: 24,8%; 12,2% e 10,1%, respectivamente. Cada estado ficará com 75% da parcela que receber, e os 25% restantes irão para seus municípios.

Ascensão social deve garantir cidadania e não apenas consumo, diz psicanalista

Abrindo o segundo ciclo de debates do Fórum Senado Brasil 2012, que começou na noite de terça-feira no Auditório do Interlegis, o psicanalista Benilton Bezerra Júnior, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fez palestra sobre “Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil”.

Bezerra disse que a subjetividade brasileira se define por uma cultura que prega a igualdade em uma realidade de abismos

sociais. Para ele, o Brasil está vivendo um momento singular em que milhões de pessoas excluídas e invisíveis estão começando a ascender como cidadãos, e conduzir esse processo é um dos maiores desafios do país.

— Devemos cuidar para que isso implique não apenas a ascensão de nova classe de consumidores, mas também um novo contingente de atores políticos que exercitem sua condição de cidadãos — afirmou.

O professor afirmou que o exercício da cidadania não se restringe a respeitar leis e lutar por direitos, sendo necessário ocupar uma posição subjetiva especial diante dos outros e do mundo. Ele ressaltou que o Poder Legislativo precisa assumir a liderança nesse processo de inclusão social.

O Fórum Senado Brasil 2012 termina hoje. A partir das 18h30 o mestre em Filosofia e doutor em Teoria Psicanalítica Auterives Maciel Júnior apresenta a palestra

“Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo”. As inscrições, gratuitas, podem ser feitas em www.senado.leg.br/forumsenado. Ontem o historiador Francisco Carlos Teixeira abordou o tema “Brasil, tempo presente”. No primeiro ciclo, de 20 de junho a 7 de agosto, o tema “Democracia em tempos de mudanças” foi tratado em palestras e debates durante 11 dias, com especialistas brasileiros e estrangeiros.

Fórum Senado Brasil 2012 termina hoje com palestra às 18h30 de mestre em Filosofia

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

MÊS DO SERVIDOR: Samba

17h Show com grupo de samba acontecerá no Espaço do Servidor.

FÓRUM: Construção e degradação do Brasil

18h30 No encerramento do Fórum Senado Brasil 2012, o professor Auterives Maciel faz a palestra “Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Reforma do Código Penal recebeu 109 emendas

Comissão de senadores que analisa proposta de juristas deve considerar resultado de pesquisa do DataSenado sobre a opinião dos cidadãos

OS SENADORES JÁ apresentaram 109 emendas ao projeto do novo Código Penal, que está sendo examinado por uma comissão especial. Com suas emendas ao PLS 236/12, elaborado a partir da proposta de uma comissão de juristas designada pelo Senado, os parlamentares marcam posição sobre temas que vêm se revelando polêmicos, como a descriminalização do porte ou plantio de drogas para uso próprio.

Tomás Correia (PMDB-RO), por exemplo, defende a supressão do dispositivo que sugere tratamento mais liberalizante em relação ao consumo de drogas. Para o senador, a descriminalização poderá gerar sérios problemas de saúde pública e agravar o problema do tráfico de drogas. A seu ver, “seria ingênuo pensar que a medida não irá aumentar a procura por entorpecentes. Como haveria maior procura, a tendência é que também a oferta seja ampliada”.

Para Jorge Viana (PT-AC), não é com a descriminalização das drogas que serão resolvidos os problemas do tráfico e das vidas destruídas pelo vício do crack, por exemplo.

— Prefiro manter a legislação atual — afirmou.

A mesma posição é manifestada pelo presidente da comissão de senadores que analisa o Código Penal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e por Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora ressalta também a necessidade de regular as drogas lícitas, como o álcool.

Pesquisa sobre temas ligados ao Código Penal divulgada pelo DataSenado na quarta-feira revelou que 89% dos cidadãos entrevistados não aprovam a proposta dos juristas sobre o uso de drogas. Foram ouvidas 1.232 pessoas em 119 municípios. Magno Malta (PR-ES) diz que a reprovação dos entrevistados à liberação das drogas “é um coro que a sociedade faz em



Ato de junho, no Rio, pede a descriminalização da maconha, uma das controvérsias no debate sobre novo Código Penal

benefício dela mesma”.

Malta também defende o trabalho dos presos durante o cumprimento das penas. Para ele, que admite a redução da pena nesses casos, “custa muito caro para o Estado manter os presos enquanto eles só ficam organizando novos crimes pelo aparelho celular”.

Viana diz ser preciso aumentar as penas no novo Código, mas observa que a ampliação do tempo máximo de prisão

precisa ser estudado com cautela. Na pesquisa do DataSenado, três em cada quatro entrevistados defenderam a elevação do limite, atualmente de 30 anos.

Para Lídice da Mata, no entanto, “a sociedade está cansada de ver tanta impunidade e acredita que aumentar o tempo máximo de reclusão diminuirá a criminalidade. Mas isso não resolverá a questão”.

— É uma ilusão, precisamos

enfrentar as causas da violência e debater com mais profundidade temas como esse — diz a senadora.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) chama a atenção para o ponto que fala sobre discriminação de estrangeiros e brasileiros oriundos de outras regiões do país. De acordo com o DataSenado, 85% dos entrevistados acham que deve ser crime esse tipo de ofensa, e 77% dos entrevistados se manifestaram favoráveis à criminalização da homofobia.

Eunício e Viana defendem que “todo tipo de discriminação é passível de ser penalizada”. Já Malta acha que não é preciso criar leis para atender grupos específicos.

— Qualquer tipo de discriminação já é crime. Não é preciso criar lei específica para os homossexuais, assim como não é preciso lei para proteger evangélicos ou espíritas.

Tramitação

Por solicitação da comissão especial, o prazo final para a apresentação de emendas à proposta do novo código foi prorrogado até 5 de novembro. Depois será a fase de apresentação e debate dos relatórios parciais, que vão servir de base para o texto a ser elaborado pelo relator-geral, senador Pedro Taques (PDT-MT). A previsão é de que o relator-geral apresente o documento no dia 21 de novembro, para votação do projeto na comissão até o dia 28 seguinte.

Maioridade penal deve gerar novos debates

A redução da maioria penal teve o apoio da população ouvida pelo DataSenado, mas divide os senadores.

Para Magno Malta, “o cidadão que comete crime hediondo, independentemente da idade, deve ter a mesma pena”. Ele destaca que só 7% dos entrevistados concordaram com a manutenção da maioria penal em 18 anos, enquanto 20% acham que não deve haver idade mínima, 16% querem a maioria em 12 anos, 18% em 14, e 35% em 16.

Já Eunício Oliveira quer uma redução de dois anos.

— Aos 16 anos o cidadão é um homem formado. Se pode votar e escolher seus representantes, também pode responder por crimes

cometidos — defende.

Para Jorge Viana, deve haver tipificação específica para pessoas de 16 a 18 anos em certos crimes, como assalto a mão armada e homicídio, pois bandidos usam menores de idade para cometer ações desse tipo.

— Mas sou contra a redução da maioria.

Lídice da Mata diz temer que, se a maioria for reduzida, “os bandidos que hoje usam jovens de 16, 17 anos como soldados possam fazer pessoas ainda mais novas assumirem seus crimes”.

Magno Malta concordou ainda com a posição de 80% dos entrevistados contra a inimputabilidade de índios.

— O índio adulto não é inocente — opinou.

Ampliação de casos para aborto legal está entre temas mais polêmicos

Uma das propostas mais polêmicas do PLS 236/12 é a ampliação das hipóteses de aborto legal. O texto dos juristas permite a prática até 120 dias de gestação, se laudo de médico ou psicólogo atestar que a mulher não tem condições de levar a gravidez adiante.

Francisco Dornelles (PP-RJ)

afirma que essa proposta “aproxima a legislação brasileira da descriminalização sem critérios, contrariando os interesses da maioria da sociedade”. Em emenda, ele sugere que o aborto sempre seja “ilícito e culpável”, mas que admita-se isenção de pena quando for praticado por médico em duas situações:

se não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou se resultar de estupro e houver consentimento da vítima ou de seu representante legal.

Tomás Correia e Dornelles são contra o aborto legal em casos de anencefalia, já permitido por decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas

Eunício Oliveira prevê que o tratamento do tema não deve sofrer grandes mudanças, já que “o Congresso deve levar em conta as decisões do STF”.

Magno Malta defende a manutenção das atuais penas de prisão de um a três anos para a gestante que abortar. Pelo texto dos juristas, a pena seria de seis

meses a dois anos (margem que admite penas alternativas).

Já Lídice da Mata destaca a necessidade de informar, prevenir e auxiliar as mulheres.

— Não se faz aborto por diversão, mas por desespero. Cinco milhões de brasileiras já fizeram aborto, vamos colocá-las na cadeia? Não!

Relator, Taques afirma que vai avaliar pesquisa

O relator do projeto de reforma do Código Penal, Pedro Taques, disse que a comissão especial que estuda o assunto deve considerar os resultados da última pesquisa DataSenado — que mostrou a visão da população sobre temas como aborto, drogas e maioria penal.

— O cidadão precisa ser ouvido pelo Congresso. Estamos numa democracia e somos todos representantes do povo — afirmou.

Ele prevê que o debate na comissão deve avançar até o ano que vem.

Taques antecipou algumas das suas convicções, que devem aparecer no relatório a ser apresentado aos senadores. Uma delas é que a maioria penal pode ser reduzida sem que isso contrarie a proibição de que emendas constitucionais extingam direitos e garantias individuais. Ele defende a flexibilização no caso de pessoas entre 16 e 18 anos que cometam crimes hediondos.

O senador disse que algumas definições, na opinião dele, devem permanecer da forma que estão. Citou o aborto — já aceito nos casos de estupro, anencefalia e risco para a saúde da mãe — e a remição de dias de pena por meio do trabalho e do estudo. Isso é o que defendem 70% dos entrevistados pelo DataSenado. Taques se posicionou contra a legalização de drogas, assim como 89% dos entrevistados pela pesquisa.



Taques pede a senadores que analisem pesquisa DataSenado

Ana Amélia cobra novas regras para transporte aéreo

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem um novo programa para o sistema de transporte aéreo no país.

A senadora mencionou o incidente ocorrido no dia 13 com um cargueiro da empresa americana Centurion que quebrou o trem de pouso no Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), e inviabilizou pousos e decolagens por dois dias na única pista existente. Cerca de 30 mil passageiros foram afetados e 507 voos, cancelados.

O problema, disse, foi tratado ontem em reunião entre o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt; o presidente da Infraero, Gustavo do Vale; e o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Marcelo dos Guarany.

— Precisamos de políticas claras e objetivas para fazer, a tempo, os ajustes necessários ao desenvolvimento inteligente dos nossos aeroportos, se não quisermos afastar os investidores ou aumentar as chances de falhas.

Humberto destaca fábrica da Hemobrás em Pernambuco

Waldemir Barreto/Agência Senado



Humberto Costa (PT-PE) destacou ontem, em Plenário, o início da produção de cola de fibrina — um selante

biológico, feito com plasma humano — pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), no município pernambucano de Goiana.

O senador ressaltou o investimento do governo federal na fábrica que, segundo ele, trará a autossuficiência brasileira em hemoderivados.

— A implantação e o funcionamento pleno da Hemobrás não só vai significar a autossuficiência do Brasil na produção de hemoderivados para o SUS, como também a sua capacidade, seja de vender esses produtos, seja de doar a outros países.

A cola de fibrina é usada no controle de hemorragias em procedimentos cirúrgicos. Segundo Humberto, que foi ministro da Saúde à época da criação da Hemobrás, o produto só era obtido por importação.

Para Rollemberg, governo deve agir para evitar morte de índios em MS

Guaranis-caiúas avisaram que não cumprirão ordem judicial para desocupar fazenda e disseram que querem morrer no local

RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) e Cidinho Santos (PR-MT) subiram à tribuna para chamar a atenção para situações envolvendo índios do Centro-Oeste.

Rollemberg citou os guaranis-caiúas de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, o Brasil está prestes a testemunhar uma tragédia coletiva. A Justiça Federal decretou que 170 índios, incluindo 70 crianças, desocupem uma fazenda às margens do Rio Hovy. Em carta entregue ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Fundação Nacional do Índio (Funai), o grupo prometeu permanecer no local até a morte:

“Queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos

antepassados, aqui mesmo, onde estamos hoje. Por isso, pedimos ao governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui”.

O Cimi, em nota, afirmou que a carta dos indígenas não menciona diretamente a possibilidade de suicídio coletivo — o que, no entanto, não exclui o risco de uma tragédia.

— Eles se encontram há décadas numa situação de colapso, sem poder viver segundo a sua cultura, totalmente encurralados, imersos numa natureza degradada, corroídos pelo alcoolismo dos adultos e pela subnutrição das

crianças — disse Rollemberg. Relatórios do Cimi mostram que, de 2003 a 2010, mais de 250 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul.

O senador pediu ao Ministério da Justiça que tome providências para proteger a vida desses índios.

Mato Grosso

Cidinho, por sua vez, citou xavantes de Mato Grosso. Ele defendeu uma solução pacífica para o conflito na reserva indígena Suiá-Missú.

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu liminar judicial que era favorável à permanência dos atuais ocupantes não índios na região. Segundo o senador, a decisão

do STF causou nervosismo às 7 mil pessoas que desocupariam a área para dar lugar a “300 índios, que convivem pacificamente com as famílias locais”. Ele disse que o governo de Mato Grosso já destinou uma área para os indígenas, mas que infelizmente ainda não houve entendimentos para sensibilizar a Funai.

Na terça, o senador participou de uma reunião com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, para explicar o “caos social” provocado pela decisão do tribunal. O senador defende uma solução que atenda tanto aos índios quanto aos não índios. Uma nova reunião com o ministro será realizada na próxima semana, afirmou.



Wilson Dias/ABR

Guaranis-caiúas e militantes pediram ontem, em frente ao Congresso Nacional, proteção contra ações de violência



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rollemberg diz que índios de Mato Grosso do Sul vivem encurralados

Souza pede agilidade nos recursos para cidades com desastres naturais

Ao prestar solidariedade aos mais de 190 mil paranaenses afetados por vendavais,

alagamentos e granizo desde segunda-feira, Sérgio Souza (PMDB-PR) cobrou agilidade do governo na liberação de recursos para municípios atingidos por catástrofes naturais.

Boletim divulgado ontem pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil registra 21 cidades atingidas. Cascavel, no oeste do estado, é a cidade com o maior número de pessoas atingidas: 120 mil.

Segundo Souza, projeto do Executivo para agilizar a liberação de recursos aguarda votação na Câmara.

— Coloco-me à disposição

do governo federal para que possamos dar agilidade aqui no Congresso e criar essa estrutura para dar agilidade dentro do ministério. A burocracia é gigantesca. É um dos grandes responsáveis pelo custo Brasil, pela ineficiência do país em alguns setores — disse o senador.

Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Souza avaliou que esse tema tem perdido espaço no debate nacional e internacional após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável (Rio+20). Segundo ele, os governos estão mais preocupados com a crise econômica mundial.

— Não adiantará retornarmos a níveis de crescimento e emprego da primeira metade da década passada se com isso comprometermos ainda mais o meio ambiente — afirmou.

Souza cobrou maior engajamento dos parlamentares e da sociedade. Para ele, a Conferência das Partes (COP-18), agendada para o mês que vem no Catar, será uma oportunidade para resgatar o debate e apresentar soluções.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Burocracia causa ineficiência em alguns setores, afirma senador

Mozarildo: gasolina consumida em RR é contrabando

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que, por conta dos preços altos e das deficiências no abastecimento, “o que acontece, na prática, é que todo o combustível consumido em Roraima é contrabandeado”. De acordo com o parlamentar, o litro de gasolina é vendido a R\$ 2,85 na capital, Boa Vista, e a R\$ 0,53 na Venezuela.

Mozarildo informou que, em resposta à solicitação dele para que sejam importados gasolina e diesel do país vizinho, a presidência da Petrobras disse desconhecer casos de desabastecimento em Roraima.

No que diz respeito à diferença de preços cobrados, a estatal explicou, de acordo com o senador, que isso decorre das

políticas energéticas utilizadas: o Brasil obedece à lógica da formação de preços de bens transnacionais em uma economia aberta, enquanto o governo venezuelano subsidia e controla fortemente a estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA). Para Mozarildo, esses “entraves burocráticos” podem ser contornados em favor dos moradores da região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador volta a cobrar ações contra preço do combustível em Roraima